

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

**CARLA SPILLERE BUSARELLO**

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVISMO  
DESCENTRALIZADO (OU VIRTUAL): UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR  
DA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

**CRICIÚMA**

**2013**

**CARLA SPILLERE BUSARELLO**

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVISMO  
DESCENTRALIZADO (OU VIRTUAL): UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR  
DA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Administrador no curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Melissa Watanabe

**CRICIÚMA**

**2013**

**CARLA SPILLERE BUSARELLO**

**MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E COOPERATIVISMO  
DESCENTRALIZADO (OU VIRTUAL): UM ESTUDO COMPARATIVO A PARTIR  
DA PERSPECTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Administrador, no Curso de Administração de Empresas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 07 de Novembro de 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Melissa Watanabe - Doutora - UNESC - Orientador

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - UNESC

Prof. Rafael Rodrigo Mueller – Doutor - UNESC

**Ao meu avô, Dovílio Spillere (*in memoriam*),  
empreendedor nato e gestor social por  
excelência.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus! O meu mentor e provedor de todos os meus sonhos.

Ao professor Dimas, que lá no princípio apostou em mim e abriu todas as portas para que a iniciação científica fizesse parte da minha vida.

Ao GIDAFEC, grupo de pesquisa que já me acolhe há aproximados dois anos e me agregou uma bagagem teórica que permitiu a realização deste projeto.

A professora Melissa, estimada orientadora, por toda a sua disponibilidade. Suas orientações não contribuíram somente para a execução deste trabalho, mas também em minha trajetória acadêmica deixando marcas que jamais esquecerei.

Aos meus pais, Realdino e Albertina, e à minha irmã Camila, que sempre deram fôlego às minhas asas e não só incentivaram, como também acreditaram em todos os meus voos.

A EPAGRI, que não mediu esforços para dar auxílio repassando todas as informações pertinentes. Quero registrar um agradecimento especial a Maristela (a Teka!) e ao Doutor Luiz Carlos Mior, que contribuíram de forma significativa para a construção teórica deste projeto.

Ao SEBRAE, que manteve as portas abertas para dar todas as informações as quais precisei.

Aos agricultores familiares aos quais entrevistei, pelas longas conversas que tivemos e pelo acolhimento caloroso que me proporcionaram.

E por fim, aos meus amigos Giulia, Jana, Tita, Cynthia, Douglas e Jeffe pelas longas conversas e os incentivos diários.

**“Estamos num momento em que todos se olham e se perguntam: qual é o rumo? Eu quero saber, o cidadão brasileiro quer saber. Qual é o rumo? O que vão fazer conosco?”**

**Fernando Henrique Cardoso**

## RESUMO

O Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) vem ganhando seu espaço na vida dos pequenos agricultores familiares, uma vez que não possui sede patrimonial, mas serve de abrigo jurídico. Este modelo é visto como uma forma alternativa para a saída da informalidade e a conquista das mais diversas dinâmicas de mercado. O Microempreendedor Individual também é visto como uma alternativa para o pequeno produtor rural sair da informalidade já que a sua adesão gera um CNPJ ao agricultor permitindo a ele acesso as mais distintas dinâmicas de mercado e garantindo também o amparo jurídico. É neste sentido que o presente trabalho tem por objetivo fazer um estudo comparativo entre as duas alternativas, buscando compreender qual delas é mais vantajosa ao agricultor. A metodologia aplicada à pesquisa foi exploratória e descritiva, com uma amostragem não probabilística por conveniência. O instrumento utilizado na coleta de dados foi um roteiro semi-estruturado, e a abordagem de análise foi qualitativa. A pesquisa evidenciou que as alternativas são complementares entre si, uma vez que ambas tem a função de extinguir a figura do atravessador e possibilitar que o pequeno produtor rural tenha acesso às dinâmicas de mercado, bem como permitir a sua autonomia e a diversificação da produção agrícola. Acredita-se ainda que as alternativas caminham juntas quando há a necessidade de um maior crescimento do empreendimento agrícola, já que o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) contribui significativamente para a formalização e o Microempreendedor Individual permite o acesso a maiores mercados em função da tributação adotada por este modelo. Assim, embora hajam políticas governamentais que busquem auxiliar a comercialização agrícola, os pequenos agricultores familiares só conseguem chegar e se manter no mercado por conta de estratégias criadas por eles mesmos.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Microempreendedorismo; Agricultura familiar; Desenvolvimento rural; Estratégia Produtiva.

## LISTA DE QUDROS

<b>Quadro 1</b> - Variáveis da agricultura familiar.....	17
<b>Quadro 2</b> - Classificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares....	22
<b>Quadro 3</b> - Sociedade cooperativa x Sociedade mercantil.....	23
<b>Quadro 4</b> - Ramo das cooperativas, n° de cooperativas, n° de cooperados e n° de empregados (Junho 2013). ....	28
<b>Quadro 5</b> - Síntese dos procedimentos metodológicos .....	32



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AMREC	Associação dos Municípios da Região Carbonífera
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEI	Microempreendedor Individual
OCB	Organização das Cooperativas Brasileira
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RECOOP	Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
UNASCO	União das Associações Cooperativas
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNIMED	Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA .....	12
1.2 OBJETIVOS .....	13
1.2.1 Objetivo Geral .....	13
1.2.2 Objetivos Específicos .....	13
1.3 JUSTIFICATIVA .....	14
<b>2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGRICULTURA NO BRASIL</b> .....	<b>15</b>
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL .....	16
<b>3 O DESENVOLVIMENTO RURAL</b> .....	<b>17</b>
3.1 EMPREENDEDORISMO E O MERCADO AGROINDUSTRIAL .....	18
3.2 AS DINÂMICAS DE MERCADO .....	21
<b>4 DIFERENÇAS ENTRE UMA COOPERATIVA E UMA EMPRESA MERCANTIL</b> .	<b>23</b>
<b>5 O COOPERATIVISMO</b> .....	<b>23</b>
5.1 TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL .....	26
5.2 COOPERATIVISMO DESCENTRALIZADO (OU VIRTUAL) .....	28
<b>6 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)</b> .....	<b>29</b>
<b>7 METODOLOGIA</b> .....	<b>30</b>
7.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	31
7.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO ALVO .....	31
7.3 PLANO DE COLETA DE DADOS .....	32
7.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS .....	32
7.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	32
<b>8 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>33</b>
<b>9 CONCLUSÃO</b> .....	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>3940</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entende-se por agricultura familiar, aquela família em que, ao mesmo tempo é proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É válido ressaltar que este caráter familiar que configura uma estrutura produtiva de forma a associar família-produção-trabalho trás impactos fundamentais na forma como ela age econômica e socialmente. A combinação entre propriedade e trabalho assume temporal e espacialmente uma diversidade de formas (WANDERLEY, 1996).

Esta agricultura tem um papel de significativa importância no que diz respeito ao desenvolvimento social e crescimento equilibrado do Brasil. Anualmente a agricultura familiar movimentava bilhões de reais no país, através da produção dos alimentos consumidos pelos brasileiros, desta forma é capaz de contribuir para a criação de empregos, geração e distribuição de renda e motivar o agricultor a permanecer no campo. São os inúmeros produtores de pequeno porte que combinam a agricultura familiar, fazendo dela um setor em crescimento, importantíssimo para o Brasil (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011).

A agricultura familiar no país nasceu com o modelo de colonização adotada pelos imigrantes europeus, e marcou sua história por conta das constantes lutas a fim de conquistar seu próprio espaço na sociedade e também na economia. E atingiu seu objetivo a partir de estratégias criadas pelos próprios agricultores, que encontraram alternativas econômicas articuladas em dois níveis: o autoconsumo e a integração ao mercado. Estes agricultores alcançaram uma atividade de mercado através de alternativas econômicas que lhes dessem possibilidades de integração positiva no mercado local e regional (BRITO, 2007).

Estevam et al. (2012) afirmam que os produtos provenientes das diversas produções agrícolas encontram gargalos na legalização da produção e da comercialização, deixando o agricultor sem muitas alternativas, de forma que ou ele se integra a agroindústria, ou vive na informalidade. Ao tentar sair da informalidade o agricultor se depara com altos custos de operacionalização tornando inviável a manutenção do padrão familiar, levando então ao endividamento da família e obrigando-os muitas vezes a saírem do campo em busca de melhores condições de sustento.

Como forma de reduzir a informalidade e estimular à regularização de

atividades produtivas foi criada nacionalmente a Lei n° 128, de 19/12/2008, abrindo oportunidade para a formalização das atividades desempenhadas pelos, então chamados Microempreendedores Individuais, podendo enquadrar os agricultores familiares nesta modalidade. Enquadram-se nessa categoria, trabalhadores autônomos que possuem renda máxima de R\$ 36.000,00 anuais. A lei ainda permite a contratação de um empregado, e dá ao empreendedor acesso a todos os benefícios da previdência social, com contribuição mensal de 11% do salário mínimo (BRASIL, 2008).

A outra forma de levar o agricultor a sair da informalidade é a de se organizar cooperativamente. As cooperativas foram criadas no Brasil pela Lei complementar n° 5.764, de 16/12/1971, e diz que as cooperativas são sociedades de pessoas que não estão sujeitas a falência, e que se constituem a fim de prestar serviços aos seus associados, possuindo algumas características que as diferem de outras sociedades. Dentre as características pode-se destacar: associação voluntária com no mínimo 20 sócios; sem fins lucrativos; que exerça um mesmo ramo de atividade produtiva; sócios que aceitem assumir os riscos e benefícios do empreendimento de forma igualitária; as sobras monetárias são distribuídas na proporção de trabalho de cada cooperado (BRASIL, 1971). Estas considerações legais também são válidas para as cooperativas virtuais ou não patrimoniais, visto que o que as difere das cooperativas convencionais é o fato de não possuírem infraestrutura para armazenar os produtos de seus associados. (ESTEVAM et al., 2012).

Observando assim a legislação vigente, o presente trabalho tem por objeto o estudo de duas possíveis formas alternativas, o Microempreendedor Individual (MEI) e o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual), que buscam ao agricultor familiar a tentativa de sair da informalidade, na região da AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera.

## 1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Tendo por base o estudo acerca da agricultura familiar e cooperativismo, foram identificadas as diferentes escolhas dos agricultores. Por um lado, parte dos agricultores encontravam vantagens em tornarem-se cooperados e de outro lado agricultores optando por tornarem-se um microempreendedor individual.

É visível a dificuldade existente para o agricultor familiar se manter ativo no mercado. Essas dificuldades vêm desde os riscos climáticos, que cada vez mais tem afetado diretamente na produção agrícola, até os problemas de custos, por parte dos tributos, emissão de notas fiscais e afins.

Mediante aos problemas encontrados é que surge a necessidade de se fazer um estudo comparativo entre as duas políticas buscando conhecer a viabilidade de acesso a elas e os benefícios que cada uma propicia ao agricultor, seja pela questão tributária, ao acesso a mercados e também por parte da minimização da burocracia, a qual vem afetando diretamente o agricultor nas questões financeiras e também sociais, onde esta falta de conhecimento muitas vezes faz com que o agricultor perca determinados benefícios que lhes são concedidos por direito. Outro risco que se corre é o de ficar na mão de um atravessador, o que para o agricultor, muitas vezes, torna-se mais atrativo por não entender os outros meios rentáveis a qual pode estar inserido.

Diante destes desafios que os agricultores têm que enfrentar, é que surge o questionamento: Quais os determinantes na escolha de um produtor rural em tornar-se um Microempreendedor Individual (MEI) ou associar-se ao Cooperativismo Descentralizado (ou virtual), na região da AMREC?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender os determinantes na escolha de um produtor rural em tornar-se um Microempreendedor Individual (MEI) ou associar-se ao Cooperativismo Descentralizado (ou virtual), na região da AMREC.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Discutir sobre a Agricultura Familiar;
- b) Apresentar a trajetória do cooperativismo tradicional e Cooperativismo Descentralizado (ou virtual);
- c) Apresentar a política do Microempreendedor Individual (MEI);
- d) Discutir sobre o mercado agroindustrial e suas dinâmicas;

- e) Identificar as políticas agrícolas possíveis para o agricultor familiar.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O trabalho teve como objetivo evidenciar o que é mais viável para um agricultor familiar: ser associado a uma Cooperativa Descentralizada (ou virtual) ou tornar-se um Microempreendedor Individual.

Tendo por base a dificuldade por parte do agricultor familiar de se inserir no mercado formal e mais do que isso permanecer no mesmo, destaca-se a importância de um estudo que encontre alternativas viáveis para o agricultor produzir e comercializar seus produtos formalmente. Os dois lados – Microempreendedor Individual e Cooperativismo Descentralizado (ou virtual)- envolvem benefícios tanto no âmbito econômico, como também no que diz respeito a benefícios sociais, como por exemplo, a previdência social.

O estudo tornar-se-á relevante para a acadêmica, que vislumbra transformá-lo em um projeto de mestrado, mas também a todos os agricultores familiares da região da AMREC, visto que atualmente estes pequenos proprietários rurais sofrem para conseguir manter-se formalmente no mercado. E a toda comunidade acadêmica da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC por estar inserida em uma área agrícola.

A pesquisa ocorreu em uma fase muito oportuna porque ela aborda três assuntos bastante atuais: a necessidade do agricultor familiar em inserir-se no mercado formal, e os seus gargalos; o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) que é uma alternativa nova aos agricultores e também vem conquistando seu espaço no meio científico; e o Microempreendedor Individual (MEI) que está vigente há apenas cinco anos e é uma alternativa bastante atrativa. Embora sejam assuntos bem relevantes, percebe-se que são pouco abordados principalmente quando aliados ao meio rural.

O que tornou o estudo viável é o apoio da EPAGRI/Regional Criciúma, órgão estatal responsável por orientar e assistir as cooperativas e os produtores rurais, o que permitirá a coleta de dados e também chegar até o agricultor familiar para a realização da pesquisa de campo. Além do apoio do GIDAFEC (Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo) que já possui diversas pesquisas sobre o meio rural, as quais

proporcionaram uma base teórica bastante importante para a realização deste trabalho.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AGRICULTURA NO BRASIL**

Sabe-se que a agricultura é um tema recorrente e de muitos estudos no Brasil e no Mundo. Ela, como todas as demais áreas do setor econômico, tem sofrido mudanças ao longo da história.

No período de 1889 a 1930 ocorreu uma intensa migração rural-urbana, contudo houve um aumento da produção do trabalho, tanto no campo quanto na indústria, o que resultou na expansão das fronteiras da agricultura através do aumento das terras para cultivo. Nesta fase os produtos alimentícios eram vistos como necessidade secundária no que se tratava de lucratividade. Já nos anos de 1930 a 1954, a alta concentração da propriedade privada somada ao aumento dos trabalhadores rurais resultou em um crescimento considerável da agricultura. Do ano de 1954 a meados dos anos de 1960 a agricultura ficou marcada pelo aumento da produtividade do trabalho, foi neste período também que começaram a surgir às políticas de crédito agrícola o que resultou em um forte estímulo à modernização da agricultura através da utilização de máquinas agrícolas e o uso de fertilizantes (MOREIRA, 1999).

Na segunda metade da década de 1960, a modernização da agricultura, proveniente da revolução verde, trouxe um avanço científico-tecnológico importante, porém aumentou enormemente a desigualdade social no meio rural. Ocorrendo privilégios aos grandes produtores rurais que passaram a ser os grandes concentradores de renda e tecnologia, já os pequenos produtores rurais passaram a apresentar uma limitação significativa de possibilidades, seja pelas políticas estatais de auxílio ao agricultor focadas apenas aos grandes produtores, seja pela restrição de acesso às informações. Nos anos 80 todo esse processo de modernização serviu para aprofundar ainda mais a relação existente entre agricultura e capital industrial, comercial e financeiro, formando, os então chamados “complexos agroindustriais”, o que devido a crise brasileira e a ineficiência agrícola da época, resultou em uma estagnação no número de estabelecimentos agropecuários, mas em contrapartida tais estabelecimentos aumentariam cada vez mais, desta forma excluindo o pequeno produtor rural do processo produtivo (GUANZIROLI et al., 2001).

Foi então, no início da década de 1990 que surgiu a expressão “agricultura familiar”, no Brasil. Dentro dos desafios que o sindicalismo rural encontrava nesta época, a incorporação desta expressão trouxe uma alternativa as diversas classes sociais, “[...] que não mais podiam ser confortavelmente identificadas com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.” (SCHNEIDER, 2003, p.3).

## 2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Wanderley (2003) afirma que o agricultor familiar é o indivíduo que está inserido no cenário da agricultura moderna, resultante da atuação do Estado. Ou seja, este agricultor traz consigo fortes características tradicionais, dentre elas a visão da família como centro produtivo, mas que vem buscando se adaptar às formas modernas de produção e de vivência em sociedade com a ajuda das políticas públicas.

A delimitação do universo familiar implica em diferenciar o agricultor familiar do agricultor patronal. São tomadas como características do universo familiar as seguintes condições: “a) a direção dos trabalhos do estabelecimento ser exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar ser superior ao trabalho contratado” (GUAZINROLI et al., 2001, p. 50).

A agricultura familiar passou a ter espaço no Brasil a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi criado em 1996 com a finalidade de tornar acessível o crédito agrícola e apoiar os pequenos produtores rurais que até então não possuíam benefícios por parte das políticas públicas, conforme explica Schneider (2003).

Em 2006 o IBGE realiza um novo censo agropecuário que propicia uma análise comparativa evolutiva com o censo de 1996 e uma análise da contribuição do PRONAF para a agricultura familiar nos últimos dez anos. O estudo comparativo mostra um crescimento de 4.139.000 estabelecimentos em 1996 para 4.551.855 em 2006 (GUAZINROLI; BUAINAIN; SABATTO, 2012).

Houve um significativo aumento nas principais variáveis da agricultura familiar, conforme mostra o quadro 1.



**Quadro 1** - Variáveis da agricultura familiar

Variáveis	1996	2006
Estabelecimentos familiares	85,17%	87,95%
Área dos Estabelecimentos Familiares	30,48%	32,00%
Valor Bruto de Produção dos Estabelecimentos Familiares	37,91%	36,11%

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE.

Em 2006 o Valor Bruto de Produção dos agricultores familiares significou a importância de R\$ 59,2 bilhões resultante da produção realizada em 32% da área total dos estabelecimentos agropecuários (GUAZINROLI; BUAINAIN; SABATTO, 2012).

A agricultura familiar demonstra sua importância na economia agropecuária, pois somando com a produção de alimentos conseguiu crescer aproximadamente ao mesmo ritmo que as grandes cadeias de produção agropecuária brasileira (GUAZINROLI; BUAINAIN; SABATTO, 2012). Vale ressaltar também, que a produção de alimentos não commoditizados que tem a principal função a alimentação humana são na maioria produzidos pela agricultura familiar, devido à necessidade de maior número de mão de obra e escalonamento da produção, como por exemplo, a produção de olerícolas.

### 3 O DESENVOLVIMENTO RURAL

A lógica da modernização da agricultura fomenta o desenvolvimento agrícola e como consequência o desenvolvimento rural, contudo, embora a agricultura tenha alcançado seu objetivo, a pobreza do meio rural permaneceu. De acordo com Mattei (1999, p.1) “[...] essa teoria supunha que as soluções para as áreas rurais poderiam ser obtidas a partir da própria economia agrícola e dos mercados onde esta se inseria”, dentro desta concepção o meio rural foi, por muito tempo, avaliado de acordo com os níveis de produção da agricultura.

Fortalecendo a discussão, Veiga (2000) levanta a afirmativa de que não é possível separar o rural do urbano, bem como o urbano do rural. Para o autor o desenvolvimento urbano não se dá sem o desenvolvimento rural, e ainda, o desenvolvimento agrícola está diretamente ligado ao desenvolvimento comercial industrial.

Conforme Mattei (1999), no que tange ao desenvolvimento agrícola são avaliados os indicadores de mercado, já quando se trata de desenvolvimento rural os indicadores a serem analisados vão além dos fatores produtivos, podendo destacar às condições de vida a qual a população está exposta, as relações de trabalho estabelecidas, o acesso aos meios de produção, a qualidade dos produtos, a renda do agricultor, os aspectos naturais, entre outros. Navarro (2001) acredita ainda, que existem outros termos ligados ao desenvolvimento rural e que vêm sendo empregados com sentidos ambivalentes, apesar de distintos. Deste modo, de acordo com o autor, os termos são conceituados da seguinte maneira: a) desenvolvimento agrário: aplica-se o mesmo conceito aplicado ao desenvolvimento agrícola, porém os estudos são realizados a partir de uma visão macro-social; b) desenvolvimento rural: prevê mudanças em determinada região rural, onde o Estado é o principal agente; c) desenvolvimento rural sustentável: mantém as mesmas estratégias do desenvolvimento rural, porém prevê a estabilidade das dimensões ambientais; d) desenvolvimento local: visa o crescimento local, ou seja, dos municípios.

Embora distintos, os conceitos trabalhados acima se inter-relacionam, conforme explica Navarro (2001, p. 90),

“[...] será sempre necessário analisar-se corretamente o desenvolvimento agrícola para interpretar o desenvolvimento agrário de determinado país ou região, o que permitirá construir uma estratégia de desenvolvimento rural (ou, mais apropriadamente, por incluir dimensões ambientais, o desenvolvimento rural sustentável). Adicionalmente, sob tal estratégia, é provável que um conjunto de iniciativas no plano propriamente local (desenvolvimento local) será igualmente imprescindível.”

Neste sentido, Abramovay (2003a) concorda que o desenvolvimento rural restringe tanto ao crescimento agrícola, e vai além das vantagens competitivas geradas por esta dinâmica. É importante destacar a proximidade social existente no campo capaz de possibilitar afinidades entre os agentes envolvidos a fim de se transformar em base sólida para a criação de empreendimentos inovadores.

### 3.1 EMPREENDEDORISMO E O MERCADO AGROINDUSTRIAL

A lógica do empreendedorismo de pequeno porte nasce em contraposição à ideia Schumpeteriana de empreendedorismo, que aplica a este a capacidade em fazer inovações. Jean-Baptiste Say (1776-1832) diz que o

empreendedor se caracteriza por comprar pelo preço certo e vender pelo preço incerto. Richard Cantillon (1680-1734) compreende empreendedorismo como a combinação dos fatores produtivos dentro de uma organização. Nestas definições percebe-se que no empreendedorismo envolve-se diretamente com o risco, mas permite aos agentes sociais envolvidos uma percepção acerca das cadeias produtivas, bem como das oportunidades de mercado (ABRAMOVAY, 2003b).

Segundo Schejtman e Berdegué (2004), o objetivo principal das políticas de desenvolvimento territorial é possibilitar abertura de acesso ao mercado para os empreendedores de pequeno porte a fim de criar cadeias de cooperação social onde a população que vive em estado de pobreza tenha condições de ampliar o seu poder competitivo.

Abramovay (2003b, p.4) acredita que “[...] sem aumentar a capacidade de investimento dos mais pobres, não é possível superar a precariedade que marca suas vidas”. Para o autor, o aumento dessa capacidade só trará resultados positivos se atrelada a estratégias que diminuam os riscos que levam a uma melhora econômica, bem como estratégias de acesso ao mercado para os pequenos empreendedores.

Navarro (2001) e Brito (2007) concordam que, no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura familiar, esta classe tem ficado esquecida pelas políticas e projetos governamentais para abertura e/ou permanência no mercado. Corroborando com a discussão, Abramovay (2003b) diz que se fazem necessárias políticas públicas compensatórias e da aplicação de aprendizagem, compartilhamento e inteligência para aqueles que hoje estão inseridos em um mercado pouco dinâmico com práticas em técnicas produtivas e organizacionais que trazem poucos resultados.

Como estratégia de sobrevivência, os agricultores familiares acabaram, por conta própria, buscando alternativas econômicas articuladas de autoconsumo e integração de mercado, conforme ressalta Brito (2007), estas alternativas servem para que o agricultor consiga estar inserido na economia local e regional. É natural que o produtor rural encontre um produto que venha a ser o produto principal de produção. Contudo surge a necessidade específica dos produtos agrícolas, como por exemplo, a necessidade de prolongar a validade diminuindo sua perecibilidade, visto que após o autoconsumo, a produção excedente se torne possível de ser

comercializada ou minimamente processada, formando assim uma cadeia de mercado, geralmente, informal.

Buscando resistir às dificuldades de mercado proveniente da modernização da agricultura brasileira, de acordo com Carvalheiro (2012), os agricultores optaram por formas alternativas de industrialização, onde a matéria-prima é processada na própria propriedade e a comercialização e venda desses produtos é feita através de novos canais de mercado. Brito (2007) diz que a agroindústria artesanal nasceu com o objetivo de buscar um melhor aproveitamento da produção e superar os gargalos de comercialização do produto *in natura*, cuja validade é menor por se tratar de produtos livres de conservantes. Um exemplo utilizado pelo autor é o leite, em que o produtor rural tem a possibilidade de envasá-lo em garrafas retornáveis e vendê-lo de casa em casa ou transformá-lo em queijo a fim de aumentar a renda familiar em um período em que a propriedade tem poucas atividades remuneradas. Neste sentido a agroindústria artesanal tem uma grande importância na possibilidade de aumento da renda da família rural, sem modificar a lógica de produção em base familiar.

Conforme Carvalheiro (2012), as famílias dedicadas à agroindústria artesanal buscam a estabilização mercantil entre produtor e consumidor, visto que toda a produção, comercialização e distribuição são de responsabilidade destas famílias que aplicam nos produtos os seus costumes, valores, conhecimentos e cultura. Por este fator é que as relações mercantis provenientes do mercado convencional e da economia formal perdem seu lugar para as relações de mercado realizadas na informalidade e de forma direta. Brito (2007) ressalta que esta forma de produção alternativa a forma de produção das grandes agroindústrias é uma estratégia inteligente dos agricultores familiares, pois é desta forma que conseguem ultrapassar as barreiras mercantis impostas pelos grandes grupos econômicos.

É neste sentido de superação das barreiras, capacidade de fazer escolhas e desenvolver habilidades que Abramovay (2003b) caracteriza o agricultor familiar como empreendedor, visto a sua capacidade de inovar herdada do seu passado camponês. Schneider (2010) diferencia camponês e agricultor de acordo com a sua integração ao mercado e a reprodução ambiental que estimula o agricultor a se transformar em um produtor de mercadorias.

Maluf (2004) ressalta também a importância da identidade territorial como forma de estratégia para que os pequenos produtores rurais consigam superar as

barreiras de mercado. Segundo o autor, esta estratégia possui três componentes positivos a serem levados em consideração: a agregação de valor, principalmente por parte dos produtos artesanais que são provenientes de uma cultura regional; o aspecto territorial, que neste sentido aproxima as relações entre produtor e consumidor o que gera a diminuição de custo com transporte e uma identificação do produto como alimentação diferenciada; e a questão da aglomeração de pequenos empreendimentos que, sobretudo gera efeitos positivos no que diz respeito a inovações e ganhos com relação a transportes, comercialização dentre outros. O produtor rural pode realizar estas estratégias individualmente ou através de associações com outros produtores que atuam em um mesmo segmento de mercado.

### 3.2 AS DINÂMICAS DE MERCADO

O processo produtivo na agricultura familiar pode se dar sob duas perspectivas: primeiramente a produção destinada a suprir às necessidades domésticas, seja através de alimentos para o consumo familiar, seja na reincorporação do processo produtivo (um exemplo a ser dado são os alimentos destinados à alimentação dos animais); o segundo é o de troca, que pode assumir um caráter de reciprocidade, redistribuição ou troca mercantil (PLEIN, 2012).

O enfoque deste capítulo são os tipos de mercados acessados pelos agricultores familiares e, conforme ressalta Plein (2012) há a luz da ciência poucos artigos no que diz respeito a esta temática. Contudo Wilkinson (2008, p.13) trás a sua contribuição:

Na última década ocorreram profundas mudanças nas formas de intermediação entre a produção familiar e o mercado, acesso ao qual agora exige maior autonomia e capacidades próprias por parte dos agricultores. [...] O desafio, portanto, é elaborar uma tipologia de mercados que seja relevante para a agricultura familiar, e construir uma base analítica que permita compreender a dinâmica destes mercados e que sirva, ao mesmo tempo, para treinar os quadros que trabalham neste campo.

Wilkinson (1999) acrescenta que o futuro dos produtores rurais independe da entrada no mercado por auxílio das grandes agroindústrias dominantes do setor econômico, mas que há a necessidade da criação de novas formas de organização que permita ao pequeno produtor a entrada em mercados dinâmicos e alternativos.

Corroborando com a discussão Estevam, Lanzarini e Busarello (2012) afirmam que a categoria de produtor rural tem extrema importância na economia brasileira, contudo no que diz respeito à entrada dos seus produtos no mercado há grandes dificuldades em função de barreiras sanitárias, tributárias e de escala de produção.

É neste sentido que Estevam et. al (2013) atribui grande importância aos programas governamentais, que além de permitirem que o produtor rural tenha acesso ao mercado, estimula a produção agroalimentar gerando oportunidades de trabalho e renda para as famílias rurais e devolvendo para a população geral alimentos mais saudáveis.

Plein (2012) trás como alternativa para a agricultura familiar três dinâmicas de mercados distintas, cuja primeira delas seria a produção de *commodities* que é dominada pelas grandes agroindústrias e pelos atravessadores. A segunda dinâmica seria a autonomia dos agricultores familiares, por exemplo, a produção de produtos artesanais. E por fim, a terceira dinâmica apresentada seriam os programas governamentais, as políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e ao incentivo para a produção rural.

O quadro 2 descreve melhor estas dinâmicas de mercados.

**Quadro 2** - Classificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares

<b>MERCADO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Tradicional	A produção de arroz, fumo e avicultura constituem as principais atividades de geração de renda para a maioria dos agricultores e representa uma forma de comercialização com intermediários e agroindústrias. Trata-se de mercado fortemente marcado pela atuação dessas agroindústrias. Na classificação de Wilkinson (2008), trata-se de um mercado de commodities que possui uma intermediação via atravessador e integração com a agroindústria.
Inovador	É a produção e comercialização de produtos tradicionais da agricultura familiar. É inovador, pois trata-se de uma forma diferenciada de produção, de comercialização e conta com a força de organização dos agricultores (cooperativas virtuais). É um mercado socialmente construído. Com base na classificação de Wilkinson (2008) pode-se dizer que possui proximidade com os mercados de orgânicos, artesanais e solidários.
Institucional	Toma-se como exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Trata-se de uma política pública estrutural na luta contra a erradicação da pobreza. É um mercado organizado a partir de políticas públicas voltadas ara os agricultores familiares pobres. É o que Wilkinson (2008) chamou de mercados institucionais ou compras por parte do poder público.

Fonte: Extraído de Estevam et. al (2013) apud Plein (2012).

Nas três dinâmicas de mercados descritas, destaca-se a forte influência cultural da população, visto que são os hábitos que influenciam no comportamento do indivíduo e este influencia na tomada de decisões (PLEIN, 2012).

#### 4 DIFERENÇAS ENTRE UMA COOPERATIVA E UMA EMPRESA MERCANTIL

Visando a auxiliar na definição das formas que um empreendimento pode vir a se tornar, Veiga e Fonseca (2001) trazem a diferença entre uma cooperativa e uma empresa mercantil.

**Quadro 3 - Sociedade cooperativa x Sociedade mercantil**

<b>SOCIEDADE COOPERATIVA</b>	<b>SOCIEDADE MERCANTIL</b>
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
Mínimo de 20 pessoas.	Mínimo de 01 pessoa.
Seu objetivo principal é a prestação de serviços aos seus associados.	Seu objetivo principal é o lucro.
O associado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada associado tem direito a um voto nas assembleias gerais. As associações entre cooperados se dão em cima de propostas.	Cada ação ou quota corresponde a um voto nas assembleias. Aqui as associações se dão majoritariamente entre os que detêm mais capital na empresa.
O controle é democrático.	O controle é financeiro.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As ações ou quotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta ou disciplina as ações dos intermediários.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos associados de forma proporcional as operações efetuadas com a cooperativa.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações de cada um.
Aberta a participação de novos associados.	Pode limitar a quantidade de acionistas.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove integração entre as cooperativas.	Promove concorrência entre as empresas.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é puramente econômico.
Nas assembleias gerais, o quórum é baseado no número de associados presentes.	Nas assembleias gerais, o quórum é baseado no capital presente.

**Fonte:** Extraído de Veiga e Fonseca (2001, p.77).

É neste sentido comparativo que o presente trabalho utiliza, como objeto de estudo, o cooperativismo virtual ou não patrimonial e o microempreendedor individual. De um lado tem-se uma política social que visa à autogestão de forma coletiva e solidária, de outro lado encontra-se uma política capitalista e como o próprio nome já diz: individual.

#### 5 O COOPERATIVISMO

Para Veiga e Fonseca (2001, p.17) não existe uma “receita de bolo” para a criação do cooperativismo, “[...] pois é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, um pensamento que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro.”

Contudo, Rech (2000, p.9-10) levanta a trajetória de algumas das civilizações mais antigas que, embora sem intenção, “foram indicações exemplares da proposta cooperativista”, sendo:

Os *grêmios* do antigo Egito (reunindo agricultores escravos, com o incentivo do estado), as *orglonas* e *tiasas* na Grécia (formadas por cidadãos livres e escravos para garantir enterros descentes), os *colégios* (reunindo carpinteiros e serralheiros) e as *sodalistas* (de caráter beneficente principalmente para garantir enterros religiosos) dos romanos, os *ágapes* dos primeiros cristãos, citados nos atos dos Apóstolos da Bíblia (que objetivavam atender principalmente as necessidades de consumo dos seus integrantes) [...] na América os incas (com os *ayllus* – unidade social baseada em vínculos de sangue e trabalho comum) e os astecas (com os *calpulli* – destinados ao desenvolvimento da atividade agrícola em comum) [...].

Para Veiga e Fonseca (2001) o cooperativismo, embora historicamente tenha aparecido junto ao capitalismo, é uma forma de superá-lo, colaborando com a economia através do envolvimento de outras formas de produção e de trabalho.

Mesmo que se tenham experiências comunitárias que se assemelhem ao cooperativismo, Namorado (2007) afirma que a primeira cooperativa a surgir, nos moldes a qual conhecemos atualmente, foi a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, na cidade de Rochdale – Inglaterra, no ano de 1844 por um grupo de tecelões que enfrentava uma fase de dinamismo social, ou seja, o campo do cooperativismo vinha passando por uma áspera natalidade, mas também por uma forte mortalidade. Para o autor, foi a partir desta realidade, somada a necessidade de sobreviver ao capitalismo emergente que o grupo de tecelões decidiu criar as regras para a sua inovação cooperativa.

De acordo com Junqueira, Souza e Jardim (2008), a ação dos 28 tecelões de Rochdale é o marco do cooperativismo moderno, cujos princípios são seguidos até hoje, sendo eles: adesão livre; gestão democrática; juros modestos ao capital; retorno proporcional as operações; transações a dinheiro; neutralidade política e religiosa e desenvolvimento do ensino.



No ano de 1879, 35 anos após sua criação, a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale contava com 10.427 associados e com um capital de 28.035 libras, sendo que haviam começado com 28 libras. Diante do sucesso da primeira cooperativa, os tecelões criaram outras em ramos diferenciados como a de habitação e a de produção de diversos produtos, além de abrirem filiais da cooperativa de consumo. Foi com a capacidade de harmonizar os riscos de mercado com os princípios cooperativistas que os trabalhadores de Rochdale conseguiram alcançar o crescimento e se tornar modelo para as cooperativas futuras (VEIGA; FONSECA, 2001).

Para Namorado (2007) a cooperativa de Rochdale só conseguiu se tornar um modelo para o cooperativismo moderno por conta de seus arquétipos suficientemente flexíveis e abertos para ajustes, alterações e inovações, mas com consistência o suficiente para se renovar sem perder a sua característica.

Foi no início do século XIX que nasceu o cooperativismo moderno, na Europa Ocidental, paralelo ao surgimento da revolução industrial que trouxe significativas influências sociais e econômicas, segundo Veiga e Fonseca (2001) foram essas consequências que formaram o movimento de ideias dos países europeus. De acordo com o autor foi com a contribuição destes pensadores que surgiram as filosofias que dão base ao cooperativismo mundial.

Junqueira, Souza e Jardim (2008) destacam alguns dos principais pensadores da época, bem como a sua contribuição para o cooperativismo. Pode-se destacar: Jhon Bellers (1654 – 1725) buscou a organização das cooperativas de trabalho com o intuito de acabar com o lucro e com as indústrias que não tinham utilidade; Robert Owen (1772 – 1858) é considerado o pai do cooperativismo por combater o lucro e a concorrência, pois os considerava culpados pelos males e as injustiças sociais. Dedicou-se a diversas iniciativas de organização dos trabalhadores, e ainda, preocupado com as condições em que viviam os trabalhadores ingleses, Owen criou escolas para os filhos dos trabalhadores; Charles Fourier (1772 – 1858) criou as cooperativas integrais de produção através dos falanstérios – comunidades em que permitia que os associados tivessem tudo em comum; Willian King (1786 – 1858) dedicou-se ao cooperativismo de consumo, além de lutar por um sistema cooperativista internacional; Philippe Buchez (1792 – 1865) buscou a criação de um cooperativismo autogestionário que não precisasse da intervenção estatal nem intervenções externas. Tentou organizar as “associações

operárias de produção”; Luis Blanc (1812 – 1882) foi um político preocupado com o direito ao trabalho, defendeu a liberdade com base na educação geral e na formação da moral social; Charles Gide (1847 – 1932) professor universitário que ficou conhecido no mundo todo por suas obras sobre economia, política e cooperativismo. Foi fundador da “escola de Nimes” que teve contribuição ímpar na construção do conhecimento a cerca do cooperativismo.

## 5.1 TRAJETÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

As primeiras cooperativas surgiram no Brasil no ano de 1887, sendo marcadas pela Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas (São Paulo). Posteriormente, em 1889, surgiu a Cooperativa de Consumo de Ouro Preto, em Minas Gerais. No ano de 1891, na cidade de Limeira – São Paulo, nasce a Cooperativa da Companhia Telefônica. E em 1894 foi criada a Cooperativa dos Militares no Rio de Janeiro (VEIGA; FONSECA, 2001).

Em 1895 é criada a primeira Cooperativa de Consumo do Nordeste, na cidade de Camaragibe – Pernambuco. No ano de 1902 o padre jesuíta Theodor Amstad, trouxe conceitos que foram fundamentais para a criação da primeira cooperativa de crédito rural do país, no estado do Rio Grande do Sul. Foi criado, em 1907 o Decreto Federal número 6.532 que define as funções do cooperativismo e a constituição federal para as cooperativas de crédito rural. Em 1932 o Decreto Federal número 22.239 aceita a doutrina dos probos de Rochdale como doutrina cooperativista brasileira, esta é a primeira lei do Brasil que trata das cooperativas e as define como sociedade de pessoas e não de capital. No ano de 1933 surge no estado de São Paulo o primeiro órgão oficial da América do Sul que tem o objetivo de cuidar apenas do cooperativismo, sendo o Departamento de Assistência ao cooperativismo (DAC) vinculado a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo. Em 1951 é criado o BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com a finalidade de financiar cooperativas de todos os ramos. No ano de 1956 surgem duas entidades de representação cooperativista nacional, a União das Associações Cooperativas (UNASCO) em São Paulo, e no Rio de Janeiro a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP). Em 1964 o Governo Brasileiro, sob regime militar, oficializou a intervenção do governo no cooperativismo, passando para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) as funções de

normatização, fiscalização e registro das cooperativas. No ano de 1967 surge a conhecida Unimed, Cooperativa de Trabalho Médico do Brasil. Em 1970 começa a ser formado o Sistema Cooperativista Brasileiro, com representação federal pela OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e estadual pela OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo). No ano de 1971 foi promulgada a lei 5.764, que rege o sistema cooperativista brasileiro até hoje. Em 1988 foi promulgada a lei que permite a independência e garante o apoio do estado para as cooperativas, possibilitando a adesão efetiva da autogestão. Em 1988 é criada a medida provisória 1.715 que cria o RECOOP (Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias) e o SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) (JUNQUEIRA; SOUZA; JARDIM, 2008).

De acordo com Veiga e Fonseca (2001) o cooperativismo hoje no Brasil tem dois contrapontos, por um lado o cooperativismo que está pouco ligado as agências governamentais e outras com iniciativas de grande e médio porte que não respeitam os princípios cooperativistas e agem, praticamente, como empresas capitalistas. Por outro lado existem diversas iniciativas que visam a construção de cooperativas autogestionárias que realizam trocas solidárias entre si e buscam a criação de redes de economia solidária.

Rech (2000) destaca os sete princípios cooperativos que foram consolidados no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) e que tem vigência no cooperativismo mundial até os dias de hoje, sendo o primeiro princípio o livre acesso e a adesão voluntária, o segundo princípio o controle, a organização e a gestão democrática, o terceiro princípio a participação econômica dos seus associados, o quarto princípio a autonomia e independência, o quinto princípio a educação, a capacitação e a informação, o sexto princípio a cooperação entre as cooperativas, e o sétimo e último princípio o compromisso com a comunidade.

Os indicadores da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) mostra como o cooperativismo se consolidou como fonte de renda e de inserção social para um número crescente de pessoas. No ano de 2001 foi registrado um crescimento de 11% em relação ao ano de 2010, hoje o número de associados em cooperativas passa dos 10 milhões, neste mesmo período percebe-se um aumento de 9,3% do quadro de funcionários (BRASIL, 2013). As cooperativas são distribuídas em 13 ramos distintos, tendo-se contabilizados o número de cooperativas por ramo, o número de cooperados e de empregados, conforme o quadro 4.

**Quadro 4** - Ramo das cooperativas, n° de cooperativas, n° de cooperados e n° de empregados (Junho 2013).

RAMO	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
Agropecuário	1.523	969.541	155.896
Consumo	120	2.710.423	10.968
Crédito	1.047	4.673.174	33.988
Educacional	294	51.534	3.694
Especial	9	393	12
Habitacional	226	99.474	1.829
Infraestrutura	128	829.331	6.334
Mineral	69	58.891	161
Produção	243	11.500	3.605
Saúde	846	271.004	67.156
Trabalho	966	188.644	2.738
Turismo e Lazer	27	1.468	193
Total	5.498	9.865.377	286.574

Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCB (2013).

Percebe-se que o segmento agropecuário, objeto de estudo deste trabalho, é o que tem um maior número de cooperativas e é o que mais gera empregos diretos. Estas são cooperativas de produtores rurais, agropastoris e pescadores que se caracterizam por prestar serviços de recebimento, comercialização conjunta, armazenagem industrialização, assistência técnica educacional e social aos associados (BRASIL, 2013).

## 5.2 COOPERATIVISMO DESCENTRALIZADO (OU VIRTUAL)

As primeiras cooperativas virtuais ou não patrimoniais surgiram em meados do século XXI, por iniciativa dos técnicos da Emater/Paraná (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) que tinham por objetivo a organização dos pequenos produtores rurais que não tinham condições financeiras de permanecerem legalmente no mercado, oportunizando a eles proteção e condições para que desenvolvessem a sua produção legalmente o que teria como fator resultante o desenvolvimento socioeconômico das famílias agricultoras (ESTEVAM et al., 2011).

O que diferencia a cooperativa virtual ou não patrimonial da cooperativa tradicional é o fato de não precisar, necessariamente, de uma sede. Conforme afirma Estevam et al. (2012 p.3),

O cooperado formaliza o seu empreendimento, através da cooperativa, que funciona como se fosse um “guarda-chuvas”; ou seja, um abrigo jurídico, ou meio, para produzir e vender os produtos legalmente, com nota fiscal. A

criação de tais cooperativas tem a finalidade de legalizar as atividades dos agricultores, em função das barreiras tributárias, sanitárias e ambientais.

Em termos jurídicos a cooperativa virtual ou não patrimonial se tem o mesmo tratamento das cooperativas tradicionais, sendo a sua estrutura composta por no mínimo 20 sócios; é necessário o registro na junta comercial; inscrição estadual e federal, bem como todos os demais registros necessários de acordo com o segmento da cooperativa. Como já citado anteriormente, a grande vantagem deste modelo é que os cooperados não tem a necessidade de um patrimônio para armazenagem ou beneficiamento (ESTEVAM et al., 2012).

Para Gontijo (2005) este modelo de cooperativismo é adequado à agricultura familiar, porque possui um sistema flexível que permite o contato direto entre produtor e consumidor, desta forma eliminando a figura do atravessador. Sem a figura do atravessador aumentam as sobras dos agricultores familiares e o preço dos produtos pode ser aumentado também.

Esta aproximação entre produtor e consumidor, de acordo com Estevam et al. (2012), vai possibilitar ao consumidor um produto de maior qualidade e com um preço justo, além de que o cooperado virtual passa a ter a possibilidade de diversificar sua produção diminuindo os custos e aumentando as sobras.

## **6 O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)**

Visando o fim da informalidade dos trabalhadores autônomos o Congresso aprovou, em dezembro de 2008, a Lei Complementar nº 123 que cria a figura do Microempreendedor individual – MEI (SANTOS; FREITAS, 2009).

De acordo com as exigências legais, enquadra-se na categoria de Microempreendedor Individual o profissional autônomo que possua renda máxima de R\$ 36.000,00 anuais, tendo a disponibilidade de contratar no máximo um empregado (BRASIL, 2008).

Para Fernandes, Maciel e Sossai (2010), o MEI veio para acabar com a burocracia em termos de legislação, impostos e contribuição para as pequenas empresas a fim de regularizar a situação dos profissionais autônomos que ainda trabalham na informalidade. O MEI pode ainda, optar pelo Simples Nacional (Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos Tributos abrangidos pelo Simples Nacional) e pagar um valor mínimo mensal de R\$ 52,15, onde estão

inclusas todas as contribuições federais, estaduais e municipais, além das contribuições previdenciárias que dão ao MEI o direito aos benefícios da previdência social.

Sobre as obrigações trabalhistas e previdenciárias Fernandes, Maciel e Sossai (2010 p.10-11) afirmam:

o microempreendedor estará dispensado de possuir o livro de registro de inspeção do trabalho, de afixar de quadros de trabalho em suas dependências, da anotação de férias dos empregados nos livros de fichas de 11 registros, de empregar jovem aprendiz e de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletiva.

Apontam-se ainda os seguintes benefícios para o MEI: cobertura previdenciária; contratação de um funcionário com menor custo; isenção de taxas para o registro da empresa; ausência de burocracia; acesso a serviços bancários, inclusive crédito; compras e vendas em conjunto; redução da carga tributária; controles muito simplificados; emissão de alvará pela internet; facilidade para vender para o governo; serviços gratuitos; apoio técnico no SEBRAE na organização do negócio; possibilidade de crescimento como empreendedor; segurança jurídica (BRASIL, 2013).

Em pouco menos de dois meses, 69.011 empreendedores entraram com pedido para se adequar a nova categoria e 26.449 já receberam o seu CNPJ. Percebe-se então que um número considerável de microempreendedores buscou conhecer este novo sistema, bem como a regulamentação de seu empreendimento.

## **7 METODOLOGIA**

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, Cervo e Bervian (2002) afirmam que sua finalidade é descobrir a realidade dos fatos e após serem descobertos, estes tem a função de orientar o método, ou seja, o método científico é somente um meio de acesso aos fatos e fenômenos.

Os autores caracterizam ainda, método como a ordem imposta aos diferentes procedimentos utilizados para se chegar ao resultado final. A ciência encara o método como a junção dos procedimentos adotados para a investigação e demonstração da verdade.

Corroborando com a discussão Vianna (2001, p.95) diz que, no trabalho

científico, a metodologia se orienta da seguinte forma: “definição do tipo de pesquisa a realizar, passos a seguir, instrumentos de coleta, organização, tratamento e análise dos dados a coletar e utilizar, além de outros procedimentos próprios a cada sistemática definida”.

## 7.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi de cunho exploratório e descritivo. Exploratório, pois conforme Cervo e Bervian (2001) este é “o passo inicial do processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que trás a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas” e descritiva porque a pesquisa teve como objetivo investigar a população que vive da agricultura familiar, bem como a forma com que esses produtores empreendem, e a relação destes com o cooperativismo virtual e a política do Microempreendedor Individual. Como expressa Gil (1996, p.46) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal “a descrição de características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Com relação aos meios de investigação a pesquisa se deu em caráter bibliográfico e pesquisa de campo. Conforme Gil (1996, p. 48), a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sobre pesquisa de campo o autor afirma ser a busca de dados através de informações coletadas de um grupo de pessoas sobre o problema a ser estudado a fim de se obter as conclusões correspondentes.

## 7.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO ALVO

A pesquisa foi levada a efeito nos municípios de abrangência da AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera, tendo como público alvo os agricultores familiares proprietários de pequenos empreendimentos ou associados às Cooperativas Descentralizadas (ou virtuais). Deu-se por uma amostragem não probabilística por conveniência, visto que as informações foram coletadas por contato direto com agricultores familiares associados a Cooperativas Descentralizadas (ou virtuais) ou cadastrados na política do Microempreendedor Individual, e com extensionistas da EPAGRI local e regional.

### 7.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Os dados da pesquisa foram levantados através de dados primários, por se tratar de informações levantadas pelo autor. A técnica de coleta de dados adotada foi qualitativa, através de entrevistas em profundidade gravadas com análise de conteúdo e observação das discrepâncias e complementaridades dos teóricos abordados. E por fim foi utilizada a técnica de análise de dados onde o autor organizou os materiais coletados a fim de interpretá-los (ROESCH; BECKER; MELLO, 2009).

### 7.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Como técnica de análise, foi adotada uma abordagem qualitativa, que segundo Godoy (1995, p.21) é quando “o pesquisador vai a campo buscando ‘captar’ o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes”.

### 7.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O quadro 5 mostra de forma sintetizada, a definição dos procedimentos metodológicos que serão adotados na pesquisa.

**Quadro 5** - Síntese dos procedimentos metodológicos

<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Tipo de Pesquisa Quanto aos Fins</b>	<b>Meios de Investigação</b>	<b>Técnica de Coleta de Dados</b>	<b>Procedimentos de Coletas de Dados</b>	<b>Técnica de Análise dos Dados</b>
Discutir sobre a Agricultura Familiar	Exploratória e Descritiva	Bibliográfica	Documental	Pesquisa em Banco de Dados	Qualitativa
Apresentar a trajetória do cooperativismo tradicional e cooperativismo virtual					
Apresentar a política do Microempresário Individual (MEI)					



Discutir sobre o mercado agroindustrial e suas dinâmicas				Entrevista em Profundidade	
Identificar qual das duas políticas sociais é mais viável para o agricultor familiar.		Pesquisa de Campo	Roteiro semi estruturado		

Fonte: Elaboração própria.

## 8 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há aproximadamente 10 anos os agricultores familiares do município de Nova Veneza, com dificuldades de comercializar os seus produtos, buscaram ajuda junto à EPAGRI do município para sair da informalidade e conseguir manter-se no mercado. Foi então que surgiu a primeira Cooperativa Descentralizada (ou virtual) da Região Sul catarinense, com o objetivo de retirar estes agricultores da informalidade e possibilitar a eles a comercialização legal de seus produtos.

Foi a partir desta iniciativa que este modelo cooperativista foi ganhando forças e espaços dentro da região da AMREC, que hoje conta com mais de 20 cooperativas descentralizadas de agricultura familiar. Mediante a realidade da região é possível afirmar que este modelo cooperativista permitiu que os agricultores familiares saíssem da informalidade e alcançassem o seu espaço no mercado de forma autônoma e legal.

Fazendo um comparativo entre o modelo cooperativista tradicional e o modelo Descentralizado (ou virtual), percebe-se que no primeiro modelo o pequeno produtor rural acabava nas mãos de um atravessador, figura que na maioria das vezes monopoliza o processo produtivo e inibi a possibilidade de sobras para a cooperativa, além do crescimento destes pequenos agricultores. Já no modelo Descentralizado (ou virtual) a ideia é justamente extinguir, ou pelo menos reduzir, a figura do atravessador a fim de se criar um mercado direto entre produtor e consumidor possibilitando ao agricultor a diminuição dos seus custos e um processo produtivo baseado na diversificação de produtos, atendendo uma maior demanda de consumo e conseqüentemente gerando uma maior sobra para a cooperativa.

A partir da experiência de vida de um dos entrevistados é possível ter mais visibilidade sobre o que está sendo discutido. Este agricultor foi associado ao

cooperativismo tradicional por mais ou menos 16 anos, mas migrou para o modelo descentralizado (ou virtual) já há 08 anos e faz a seguinte comparação:

É que nesse modelo de agora (cooperativismo descentralizado) ficou mais fácil pra nós por causa do seguinte, porque nós tem como agregar valor né. Naquela convencional (cooperativismo tradicional) nós vendia diretamente para eles (os atravessadores) e eles é que iam vender pra outra pessoa né, então nesse modelo nós deixamos de ter o produto atravessado. Então na realidade pra nós é bem melhor. (...) Antes de conhecer a cooperativa familiar (cooperativa descentralizada) foi que a gente tava sempre na mão do atravessador. Eu fui um plantador de fumo e vivia na mão das grandes empresas né, porque eles que botavam o preço, eles que botavam o valor no produto. Então eu trabalhei quase 16 anos em uma firma de fumo trabalhando só pra firma, porque na realidade eu não adquiri nada. Eles te davam tudo na mão, eles te davam o insumo, te davam o adubo, o material pra ti trabalhar só que quando tu fazia a tua lavoura, terminava de colher ia vender e era tudo pra eles e pra nós não sobrava nada. Aí nós tirava aquele restinho que tinha na roça, o aipim o feijão e o milho pra conseguir comer.(E01, 2013)

Pode-se afirmar que o cooperativismo descentralizado (ou virtual) é um modelo que contribuiu e contribui significativamente para o desenvolvimento do pequeno produtor rural, concedendo-lhe uma maior autonomia frente ao mercado e também diante da diversificação da produção. Dessa forma os agricultores tem a possibilidade de poder escolher o que produzir, como produzir e onde vender o que se produziu, sem ter que seguir, obrigatoriamente, um modelo imposto pelo atravessador. E ainda, conforme Estevam et. al. (2012) e Gontijo (2005) a flexibilidade que este modelo possui acaba por criar uma relação direta entre produtor e consumidor resgatando a ideia de segurança alimentar, já que este contato direto vai permitir ao consumidor conhecer a procedência do produto que está sendo adquirido. Neste processo de cadeias curtas de produção entende-se que o produto artesanal proveniente da agricultura familiar possui valores superiores, incapaz de competir com os demais produtos no que diz respeito à segurança alimentar e de valor hedônico.

Então, o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) permite ao agricultor familiar produzir uma diversidade de produtos de qualidade orgânica com um preço que seja justo para ele e para o consumidor, já que sem o atravessador o custo é reduzido e a sobra aumentada.

Outro entrevistado, pesquisador da EPAGRI, reafirma a importância das cooperativas descentralizadas em Santa Catarina:

Estas cooperativas descentralizadas se constituem numa inovação organizacional que considero estratégica para o futuro de um conjunto diversificado de iniciativas de agregação de valor no meio rural de Santa Catarina. Seu surgimento se dá num contexto de busca de novas formas de inserção no mercado para os produtos da agricultura familiar. No cooperativismo tradicional a participação do agricultor se dá no âmbito da produção da matéria prima e cabe à organização cooperativa processar e comercializar o produto final. No cooperativismo descentralizado o agricultor familiar passa a atuar em toda a cadeia produtiva, abrangendo desde a produção da matéria-prima, passando pelo processamento e até comercialização. (E02, 2013)

Hoje, fortalecidos e organizados, os agricultores familiares da região da AMREC têm atuação principal no mercado “inovador” através das feiras de economia solidária que acontecem na maioria dos municípios da região, além da feira permanente de economia solidária que acontece semanalmente na UNESC. E, de acordo com Estevam et. al. (2013) este mercado é caracterizado pela maneira diferenciada de produção e de comercialização, além de contar com o apoio da UNESC, da EPAGRI e das prefeituras. Outro mercado com participação significativa dos agricultores é o “institucional”, caracterizado em função das políticas públicas com enfoque no pequeno agricultor familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem como objetivo “superar o maior desafio para os agricultores familiares – vender a produção a preços remuneradores e compatíveis com o mercado” (BRASIL, 2013).

Percebe-se então que o cooperativismo descentralizado (ou virtual) é um modelo de extrema importância para a legalização, formalização e inserção dos agricultores no mercado, além de ser o responsável pelo desenvolvimento agrícola da região. Este modelo cooperativista na região da AMREC proporcionou uma agricultura mais estruturada, pois, como já citado anteriormente, o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) nasceu na região com o objetivo de retirar os agricultores da informalidade e inseri-los no mercado legalmente.

No mercado em que os agricultores familiares estão inseridos hoje, no que diz respeito a trocas mercantis, a relação entre produtor e consumidor é bem clara. O agricultor se estrutura, produz uma diversidade de produtos com qualidade artesanal que oferta para o consumidor de forma acessível, que por sua vez acaba consumindo um produto orgânico por um preço justo.

Porém, gargalos e desafios existem em todo o processo de desenvolvimento da agricultura, do agricultor e do mercado. É preciso reconhecer que o modelo de Cooperativa Descentralizada (ou virtual) tem as suas falhas. Ou

seja, ela permite que o agricultor cresça até determinado ponto e depois disso já ocorre uma dificuldade de crescimento dentro desta forma de cooperativa, principalmente devido a tributação. Considerando o ato cooperativo em si, nem sempre é possível ocorrer uma ação cooperativa dentro de todos os elos da cadeia produtiva, por muitas vezes não haver produção da matéria prima que supra todas as demandas dos cooperados.

Utiliza-se da fala de um dos entrevistados que trabalha com panificação já há 27 anos e é associado a uma Cooperativa Descentralizada (ou virtual) e também aderiu ao Microempreendedor Individual (MEI), para ilustrar melhor o que se pretende dizer:

A cooperativa, no Lucro Real, quando a gente fala que tem o ato cooperado é porque existe uma transação entre os associados e isso não gera os vários impostos que são o COFINS, PIS e a Previdência Social. Só que é difícil tu fazer essa compra pelo ato cooperado, porque como é que eu vou comprar trigo aqui na região? Como é que eu vou comprar margarina aqui na região pra mim poder trabalhar? Mas dentro da nossa cooperativa quem é que vai produzir a farinha? E eu preciso comprar a carga fechada de trigo, eu preciso comprar a carga fechada de açúcar e a cooperativa não permite, então se eu não tivesse o meu CNPJ eu não poderia comprar. E isso é uma barreira grande, porque hoje em dia a carga mais pesada de uma empresa são os tributos, e nesse caso tem que pagar fechado todo o tributo. Se eu fosse vender tudo o que eu vendo com nota da cooperativa eu já tinha fechado. (E03, 2013)

Enquanto o produtor conseguir comprar a sua matéria prima nas gôndolas de supermercado é possível que ele se mantenha somente na cooperativa. Contudo, quando for feita uma compra fechada de matéria prima onde a cooperativa é o agente da compra, o tributo que recai sobre esta transição é o Lucro Real que tem um custo muito alto, tornando a transição inviável para o pequeno produtor rural. Uma alternativa encontrada é a adesão ao Microempreendedorismo Individual (MEI), que é tributado pelo Simples Nacional com um custo muito mais baixo e acessível aos agricultores.

Neste sentido é possível afirmar que as políticas abordadas neste estudo são complementares entre si quando se trata do desenvolvimento do pequeno agricultor familiar, já que a Cooperativa Descentralizada (ou virtual), como já descrito por Estevam et. al. (2012), serve como um abrigo jurídico permitindo que o agricultor venha a produzir e vender com nota fiscal, além de conquistar mercados que antes não era possível, e o Microempreendedor Individual entra para suprir as falhas do

Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) quando este não comporta mais o crescimento do agricultor.

Esta teoria fica evidente na fala de uma agricultora familiar Microempresendedora Individual há 23 anos e associada à cooperativa descentralizada (ou virtual) há 08 anos:

O que a cooperativa me ajuda hoje? É um ponto bom de venda, ela dá valor para o meu produto porque ela prova que ele vem da agricultura familiar, ele tem um selo ali. A marca, a logo da cooperativa é muito importante pra mim por isso. E eu consigo comprar na MEI. Pra mim a cooperativa é bom porque dá agregação de valor ao meu produto. E o MEI me ajuda na compra porque daí sou optante do Simples Nacional. (E04, 2013)

Entretanto esta complementaridade não pode ser aceita como uma solução para todos os problemas da agricultura, até porque quando o agricultor se cadastra no Microempresendedor Individual ele deixa de receber os benefícios de agricultor e muitas vezes perde, também, esta característica.

Aplicando as teorias de Navarro (2001), pode-se atribuir às políticas estudadas a responsabilidade pelo desenvolvimento rural local, pois de acordo com o autor elas visam o crescimento local, ou seja, dos municípios, uma vez que são fundamentais para a permanência do agricultor no campo e permite que a comercialização dos produtos agrícolas ocorram, principalmente no município.

Reconhece-se que a agricultura tem evoluído muito nos últimos tempos, inclusive pelos aspectos aqui abordados, contudo como já debatido por Brito (2007), se hoje os agricultores sobrevivem no meio rural é em função de estratégias criadas por eles mesmos com pouco, ou nenhum, auxílio governamental. Navarro (2001) e Abramovay (2003b) concordam que os pequenos produtores rurais têm sido esquecidos pelas políticas governamentais, e que mais do que este tipo de auxílio os agricultores também precisam ser ensinados a permanecer nestas dinâmicas alternativas de mercado.

## **9 CONCLUSÃO**

A pesquisa deixou evidente que as políticas estudadas são complementares entre si quando o assunto é desenvolvimento rural. Vale ressaltar que o Cooperativismo Descentralizado (ou virtual) é um modelo extremamente

importante para a retirada do agricultor familiar da informalidade e ainda inseri-lo nas dinâmicas de mercado, contudo o modelo não é sustentável em todos os aspectos, uma vez que o produtor tem possibilidade de crescer até determinado ponto. Depois disso a cooperativa já não consegue mais dar suporte em função das altas taxas tributárias dispostas pelo Lucro Real – forma de tributação adotada pelas cooperativas.

É neste momento que a adesão ao Microempreendedor Individual torna-se uma alternativa para o agricultor que já não consegue mais arcar com os altos custos tributários, visto que a tributação adotada por este modelo é o Simples Nacional com taxas bem inferiores as do Lucro Real. Mas também se deve ter cautela ao atribuir ao Microempreendedor Individual como a solução para os problemas encontrados na agricultura, pois ao aderir a este modelo, mesmo que se mantenha na cooperativa, no campo e com a mesma forma de produção, o produtor perde todos os direitos de agricultor.

Os pontos negativos do Microempreendedor Individual, além de perder os direitos de agricultor como foi supracitado, é que o produtor rural deixa de ser visto desta forma pelo governo e pela sociedade e a partir disto a sua cultura também começa a ser desconstruída, seja pela forma de produção e de comercialização, seja pelo estilo de vida. Afinal, o governo já não o enxerga como agricultor, sem a logomarca da cooperativa os consumidores podem acabar deixando de aceitar os seus produtos como produtos da agroindústria familiar, conseqüentemente o próprio produtor vai se desprendendo de suas características de agricultor e vai adotando características de empreendedor e se enquadrando nos moldes empresariais.

Embora haja programas governamentais que ajudem o agricultor a comercializar os seus produtos com segurança, são as suas próprias estratégias que buscam alcançar a formalidade e a legalização. Cabe assim, ao agricultor escolher o que é mais viável para si, baseado no que se pretende construir e quais mercados acessar. Seja qual forma o pequeno agricultor opte em se enquadrar faz-se necessário políticas públicas claras e contemplativas, principalmente se levar em consideração que este é um país onde a agricultura é uma forte e decisiva engrenagem do setor econômico. Permitir que os agricultores encontrem sozinhos brechas na lei e criem suas próprias estratégias de sobrevivência no mercado, é um verdadeiro descaso por parte do Governo, principalmente se considerar que a assimetria de informações torna-os frágeis frente a toda cadeia produtiva agrícola.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. Fortaleza, 2003b. Disponível em: <[http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/empreendedorismo\\_e\\_desenvolvimento\\_territorial.pdf](http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/empreendedorismo_e_desenvolvimento_territorial.pdf)>. Acesso em: 13 Maio 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003a.

BRASIL. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 11 Out. 2013.

BRASIL. **Organização das Cooperativas Brasileiras**. Disponível em: <[www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em: 17 Maio 2013.

BRASIL. **Portal do empreendedor**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/beneficios/>>. Acesso em: 24 Abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 5.764**, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm)>. Acesso em 11 Abr. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 128**, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre os Microempreendedores Individuais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp128.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm)>. Acesso em 11 Abr. 2013.

BRITO, Celestino de Oliveira. Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In: BRANDENBURG, Alfio et al. **Ruralidades e Questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: Ed. MDA, 2007. p. 143 - 171.

CARVALHEIRO, Elizângela Mara. **O papel dos valores familiares no processo de formação da agroindústria familiar e na construção de mercados para os produtos gerados**. Porto, 2012. Disponível em: <[http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/ finais/PAP1305\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP1305_ed.pdf)>. Acesso em: 14 Maio 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DAMASCENO, Nagilane Parente; KHAN, Ahmad Saeed; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 49, n. 1, Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v49n1/a06v49n1.pdf>>. Acesso em 02 Abr. 2013.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira et al. **Prospecção e formação de rede de cooperativas virtuais na Região Sul de Santa Catarina**: a construção de espaços coletivos e individuais de comercialização de produtos Rurais. Criciúma, 2012. Disponível em: <[http://www.redpymes.org.ar/descargas/32\\_18.pdf](http://www.redpymes.org.ar/descargas/32_18.pdf)>. Acesso em 11 Abr. 2013.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira, et al. Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), em Santa Catarina. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.28, n.2, p.485- 507, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/13304>>. Acesso em: 15 Jun. 2013.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira, et. al. Cooperativas descentralizadas (ou virtuais): (Re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização. **Anais do X Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.eneds.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=17&Itemid=106](http://www.eneds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=17&Itemid=106)>. Acesso em: 02 Out. 2013.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; LANZARINI, Joelcy José Sá; BUSARELLO, Realdino José. Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade: o caso dos Agricultores Familiares da Região do Sul do Estado de Santa Catarina. **Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais**. Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Cooperativas%20Virtuais%20e%20o%20dif%C3%ADcil%20caminho%20da%20legalidade.pdf>>. Acesso em: 15 Set. 2013.

FERNANDES, Jean Carlos; MACIEL, Luciana Botelho; SOSSAI, Henrique Matheus Mariani. **O Microempreendedor Individual (MEI)**: vantagens e desvantagens do novo sistema. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <<http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D16-08.pdf>>. Acesso em: 04 Maio 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3.ed São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. Rev. de Administração de Empresas, São Paulo, Mai./Jun. 1995, v.35, n.3, p. 20-29. Disponível em: <[http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392\\_pesquisa\\_qualitativa\\_godoy2.pdf](http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf)>. Acesso em: 12 Jun. 2013.

GONTIJO, J. Cooperativismo: um caminho mais seguro para os produtores de leite. **Revista informe agropecuário Itambé**, Itambé, 2005. Disponível em: <<http://www.itambe.com/Cmi/Pagina.aspx?643>>. Acesso em: 24 Abr. 2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antonio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). Rev. Econ.



Sociol. Rural, Brasília, v.50, n.2, Junho 2012. Disponível em:  
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032012000200009>>. Acesso em 24 Abr. 2013.

GUANZIROLI, Carlos et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

JUNQUEIRA, Mauro Candido; SOUZA, Marco Antonio de; JARDIM, Luciane Varini (Org). **Cooperativismo: uma história sempre atual**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecafesp.unimeds.com.br/midias/Cartilha%20Cooperativismo.pdf>>. Acesso em: 15 Maio 2013.

MALUF, Renato S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Rev. da Fundação de Economia e Estatística**, Rio Grande do Sul, vol. 25, n° 1, 2004. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2061/2443>>. Acesso em: 15 Maio 2013.

MATTEI, Lauro Francisco. **Pluriatividade e desenvolvimento rural no estado de Santa Catarina**. Campinas, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000199280&fd=y>>. Acesso em: 07 Maio 2013.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo – história e horizontes**. Coimbra, Junho 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/278.pdf>>. Acesso em: 15 Maio 2013.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. av.**, São Paulo, v. 15, n. 43, Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>>. Acesso em: 13 Maio 2013.

PLEIN, Clério. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes\\_teses/arquivos/doutorado/PGDR\\_D\\_055\\_CLERIO\\_PLEIN.pdf](http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/doutorado/PGDR_D_055_CLERIO_PLEIN.pdf)>. Acesso em: 25 Set. 2013.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo; BECKER, Grace Vieira; MELLO, Maria Ivone de. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios**,

trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. ed, São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Jefferson Dias; FREITAS, Ricardo Costa. **O “Microempreendedor Individual” – um passo positivo para a economia brasileira.** Juíz de Fora , 2009. Disponível em: <[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/17B19CB657E41C018325756D0082A5B2/\\$File/NT0003DE42.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/17B19CB657E41C018325756D0082A5B2/$File/NT0003DE42.pdf)>. Acesso em: 04 Maio 2013.

SCHEJTMAN, Alexandrer; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural.** Santiago, 2004. Disponível em: <[http://www.rimisp.org/wp-content/files\\_mf/1363093392schejtman\\_y\\_berdegue2004\\_desarrollo\\_territorial\\_rural\\_5\\_rimisp\\_CArduen.pdf](http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1363093392schejtman_y_berdegue2004_desarrollo_territorial_rural_5_rimisp_CArduen.pdf)>. Acesso em: 14 Maio 2013.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. de Economia Política**, Brasil, vol. 30, n° 3, p.511-531, julho-setembro 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a09v30n3.pdf>>. Acesso em: 14 Maio 2013.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n.51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/389.pdf>>. Acesso em 23 Abr. 2013>.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento.** Natureza, território e agricultura. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2000.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica.** São Paulo: EPU, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Rev. Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, Outubro de 2003, p. 42-61. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>>. Acesso em 23 Abr. 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** Minas Gerais, 1996. Disponível em: <[http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012\\_110532.pdf](http://www.redereparte.org.br/arquivos/reparte07-08-2012_110532.pdf)>. Acesso em: 25 Mar. 2013.

WILKINSON, John. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. **Revista de Administração da UFLA**, Minas Gerais, v.1, n.1, Jan/Jun. 1999. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewFile/299/296>>. Acesso em: 29 Set. 2013.

\_\_\_\_\_. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

## **APÊNDICE(S)**

### **APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado à EPAGRI**

1. Como a EPAGRI o cooperativismo descentralizado (ou virtual) na agricultura familiar?
2. Como a EPAGRI a política do Microempreendedor Individual na agricultura familiar?
3. Quando o agricultor familiar chega até a EPAGRI ele tem conhecimento destas políticas?
4. O agricultor familiar tem conhecimento sobre a informalidade, custos, tributos, canais de comercialização e etc.?
5. Para a EPAGRI, dentro do contexto rural, o que difere uma cooperativa de uma empresa mercantil?
6. Como a EPAGRI associa estas políticas ao desenvolvimento rural?
7. Como a EPAGRI relaciona o cooperativismo descentralizado, o Microempreendedor Individual e a informalidade nos parâmetros da agricultura familiar?

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicado ao SEBRAE**

1. Na região da AMREC há muita procura por auxílio por parte dos agricultores familiares?
2. Como o SEBRAE vê o Microempreendedor Individual na agricultura familiar?
3. O SEBRAE conhece o cooperativismo descentralizado (ou virtual)? Com relaciona com o Microempreendedor Individual?
4. Como o SEBRAE encara o mercado na agricultura familiar? Tem conhecimento sobre as cadeias produtivas curtas?
5. De que forma o SEBRAE associa o Microempreendedor Individual ao desenvolvimento rural?

**APÊNDICE C** – Roteiro de entrevista aplicado a associados de cooperativas descentralizadas (ou virtuais)

1. Há quantos anos você é agricultor?
2. Há quantos anos você é associado à cooperativa descentralizada (ou virtual)?
3. O que a cooperativa representa para a sua renda hoje?
4. Como agricultor você tem facilidade de acesso a informações sobre tributos, programas governamentais e etc.?
5. Onde e como você vende seus produtos?
6. Já ficou na mão de atravessadores alguma vez?
7. Já contou com algum auxílio do SEBRAE?
8. Já contou com algum auxílio da EPAGRI?
9. Acredita que há espaço para a agricultura familiar no mercado?

**APÊNDICE D** – Roteiro de entrevista aplicado a associados de cooperativas descentralizadas (ou virtuais) e adeptos do Microempreendedor Individual

1. Há quantos anos você é agricultor?
2. Há quantos anos você é associado à cooperativa descentralizada (ou virtual)?  
E ao Microempreendedorismo Individual?
3. O que a cooperativa representa para a sua renda hoje?
4. Como você associa estas duas políticas?
5. Porque optou pelos dois?
6. Como agricultor você tem facilidade de acesso a informações sobre tributos, programas governamentais e etc.?
7. Onde e como você vende seus produtos?
8. Já ficou na mão de atravessadores alguma vez?
9. Já contou com algum auxílio do SEBRAE?
10. Já contou com algum auxílio da EPAGRI?
11. Acredita que há espaço para a agricultura familiar no mercado?